

## ***UM RIO DE IMPÉRIOS E “NAÇÕES”***

Carlos Eugênio Líbano Soares

Resenha de *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*, de Mariza Carvalho Soares, Civilização Brasileira, 2000

O século XVIII, conhecido pela historiografia como Século do Ouro, representa um dos períodos mais importantes e, ao mesmo tempo, menos conhecidos da nossa formação. Canal de ligação entre o obscuro tempo clássico do Brasil rural dos setecentos e o vibrante século de transformações iniciado em 1808, o XVIII permanece estranhamente alheio aos olhares da grande maioria dos historiadores brasileiros, voltados preferencialmente para os séculos XIX e XX.

Foi durante a centena de anos, iniciada com a descoberta do ouro no que seriam as Minas Gerais, e concluída com a chegada da família real portuguesa, que se lançaram as bases da formação da sociedade urbana no Brasil. O Rio de Janeiro transformou-se, neste período, de um remoto entreposto marítimo, cuja serventia maior era fazer a aguada dos navios que atravessavam o oceano, em uma metrópole do Atlântico sul, capital da então colônia mais rica do Império luso. E também no primeiro laboratório em grande escala de uma sociedade urbana escravista.

Entretanto, poucos olhares se voltaram para entender este tempo vital da cidade. Mariza, em seu *Devotos da cor*, consegue, ao mesmo tempo, superar duas barreiras: compreender os primórdios da urbanidade carioca e perceber como os africanos escravizados leram esta mesma sociedade, pelo menos a partir de suas identidades étnicas, trazidas da terra natal, ou forjadas na experiência do cativo.

Como se não bastasse, ela escolheu uma determinada “Nação” africana, algo muito raro em nossa historiografia, ainda em grande parte seduzida pelos conceitos generalizantes de “negro” e “escravo” como auto-suficientes. Mas Mariza não se ilude com estas “Nações”. Ela mostra perfeitamente que tais

“identidades” eram construções elaboradas por traficantes de escravos, europeus ou africanos, muitas vezes a partir de determinadas regiões, e pouco ou nada tinham com as identidades étnicas auto-atribuídas dos povos tragados pela diáspora.

Isto mostra que Mariza está bastante precavida contra a tendência de atribuir “raízes africanas” a qualquer ato cultural, realizado no Brasil, por negros nascidos na outra margem do Atlântico. Aliás, no preâmbulo mesmo da tese, ela já sugere que a vida cultural destes africanos no Rio de Janeiro colonial era mais “filha de seu tempo” do que de sua terra. Seu trabalho está mais preso à América do que à África, ao contrário do que falam alguns de seus comentadores.

Desta forma, Mariza está bem armada para entrar no complexo mundo das “Nações do Rio”, como já tinha sido colocado, anos antes, por Mary Karasch em seu *Slave Life*, aliás, a Bíblia de todos os estudiosos de escravidão urbana no Brasil.

A “Nação” escolhida por Mariza é das mais comentadas entre os estudiosos da escravidão, mas que, para o Rio, ainda permanece nebulosa e desconhecida: os mina. Na realidade, Mariza percebe que Mina não pode ser entendida como *uma* identidade, mas sim por aquilo que João José Reis chama de “guarda-chuva”: diferentes etnias agrupadas dentro de uma mesma “Nação”, podendo estes agrupamentos alterar-se no tempo e no espaço. Entretanto, somente quando adentra na Congregação Maki, Mariza toca nesta complexidade.

Mas, antes de se voltar para o complexo tabuleiro de “Nações”, volta-se para a entrada dos europeus na África. A partir do gradual avanço dos portugueses pela costa ocidental africana, descortina-se um continente que assume diversos nomes, que refletem o desconhecimento dos primeiros europeus sobre o continente negro.

O segundo capítulo desta primeira parte já adentra aquilo que renomado historiador da atualidade denominou de “trato dos viventes”: a montagem da máquina do tráfico negreiro transatlântico. A primeira região da África a sofrer os danos desta sinistra engrenagem foi a África Ocidental, terra dos mina. O Castelo de São Jorge da Mina, na costa do atual Benin, foi a primeira construção maciça feita por europeus em costa africana. Através dela, centenas de milhares de “gentios da Guiné” foram embarcados para a outra margem do Atlântico.

Na segunda parte, finalmente ela chega à América, mais particularmente ao novo ambiente urbano da “Mui Leal e Heróica Cidade do Rio de Janeiro”, capital da América Portuguesa desde 1763. E, como que concentrando sua lente, adentra finalmente as portas da igreja de Santa Efigênia e Santo Elesbão, sede da congregação dos mina – maki, que produziram o documento-chave central em toda obra: os Estatutos da Congregação dos Pretos Minas Makis.

O diferencial de Mariza é sua formação em antropologia, que lhe possibilitou formular indagações diferentes das de seus colegas de história. Esta experiência de formulação antropológica aplicada a um tema aparentemente exclusivo de história é importante para todos os estudiosos das Ciências Sociais, já que, durante algum tempo, eram os historiadores que faziam incursões em temas aparentemente “exclusivos” da antropologia. Esperamos que este debate

continue, pois enriquece o diálogo interdisciplinar, que acreditamos ainda não se iniciou no campo acadêmico.

O ponto central da obra de Mariza é o último capítulo, em que trata exaustivamente do Estatuto acima referido. Por tudo que foi dito no livro, podemos afirmar que é um documento raro em toda a historiografia da escravidão: um quase manifesto, onde africanos de determinada “Nação” expõem suas diferenças com outras “Nações” africanas, com declarações em defesa da pureza da fé católica e fervorosas imprecisões contra o “paganismo” e a “feitiçaria”.

O tema da construção e da reconstrução étnica das identidades africanas em terras das Américas está em vias de se tornar um novo must da historiografia de língua inglesa, para o Caribe e os Estados Unidos, sobre escravidão. Vários artigos sobre esta temática têm aparecido nas revistas especializadas<sup>1</sup>. Com certeza, em breve esta onda vai chegar ao Brasil, como sempre. Já está mais que na hora de investirmos no debate com a bibliografia internacional sobre a temática da “invenção” étnica da África no Novo Mundo, e o livro de Mariza é um bom pretexto para iniciarmos este diálogo.

Seu trabalho revela o quanto a história cultural da escravidão é promissora, em contraste com a historiografia quantitativista, que algum dia se pensou hegemônica no Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Ver a relação de textos sobre escravidão, coletada por Joseph Miller, em *Slavery and Abolition*, dezembro, 2000.